



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 2012 - ANO XXXI, NÚMERO 2

DESCARGA ABAIXO

Rio Tavares recebe três mil quilos de esgoto por dia. Faltam consenso e vontade política para resolver esse e outros problemas de saneamento em Floripa

CONEXÕES

Sem lenço, sem documento

Falta de horários para provas práticas e reprovação de quase 50% afetam o bolso de quem quer tirar o CNH em Florianópolis

PÁGINA 11

ZERO ENTREVISTA

Grupo Engenho

Banda volta ao cenário 28 anos depois de fazer sucesso no país e fala de seu estilo, dos novos planos e da música catarinense

PÁGINAS 4/5

REPÚBLICA

Eleições nos Centros

Reitoria interveio na escolha para diretor do CCJ, provocando uma polêmica que envolveu as demais unidades de ensino

PÁGINA 3

Notícia impressa, em tempo real

O futuro dos jornais em papel foi tema central de dois congressos, realizados recentemente, de renomadas entidades patronais do Jornalismo: a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Os *players* do mercado, brasileiro e mundial, não têm uma resposta definitiva quanto ao novo modelo de negócios para o setor.

De certo modo, essa ausência de modelos marca a transição ao digital, um misto de crises e oportunidades no novo ecossistema de informação que se descortina, nas sociedades democráticas contemporâneas. Nesse vácuo, a voz do jornalista Juan Luis Cebrián, fundador do El País, há 37 anos, reafirmou uma convicção que contraria o que pitonisas e gurus de consultorias professam: "Há 50 anos faço jornais de papel e morrerei fazendo jornais de papel".

A experiência do Zero, nos últimos 30 anos, também reflete esses desafios e perplexidades. Talvez o maior deles seja como manter vivo o interesse do público por um jornal em papel, cuja periodicidade mensal tende a diluir e fragmentar suas reportagens em meio à galáxia de informações que circulam nesse

tempo. O jornal tem apostado na qualidade das pautas, no aprimoramento constante dos métodos e técnicas de apuração, experimentação de formas e linguagens, produção textual buscando, sempre, a máxima conexão com os interesses do nosso público (estudantes universitários dos 17 aos 29 anos).

Nesta edição, você vai conferir nas páginas Centrais (8 e 9) um esforço de apuração que demandou

Velha escola de jornalismo em papel é essencial para formar novas gerações

dois meses de trabalho, ouvindo e questionando mais de dez fontes diferentes, entre poder público municipal, representantes de empresas, movimentos comunitários e pesquisadores. O tema: a falta de um projeto de saneamento básico que contemple toda a cidade de Florianópolis. Na ausência de consenso e

vontade política, metade da capital continuará à descoberto, pelo menos, nos próximos quatro anos.

Na seção "Zero Entrevista" (páginas 4 e 5), você tem a história do Grupo Engenho, uma das bandas de maior sucesso, no estado e no país, que estava há quase 30 anos fora da cena musical catarinense. Seus integrantes retornam aos palcos de Floripa, com projetos de shows pelo estado e o lançamento de um novo CD. Outra reportagem de alto interesse público envolve o futuro do Hospital Universitário (páginas 6 e 7). O governo Dilma Rousseff criou uma empresa, de natureza privada, porém usando recursos públicos, que irá administrar a rede dos HUs (são 46 hospitais vinculados às universidades federais). Por enquanto, na UFSC, a adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) depende da aprovação do Conselho Universitário. O risco é a criação de um serviço privado, em detrimento ao atendimento através do Sistema Único de Saúde (SUS).

A declaração de Cebrián é uma injeção de ânimo para quem continua acreditando na importância da velha escola dos jornais impressos como espaço fundamental à formação dos jovens repórteres.

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Parabéns pela edição primorosa. Conbeço Eudes e Everton (personagens da matéria da contracapa). Pessoas especiais!!!

Cleia Maria Branganholo - Florianópolis

Parabéns, bom trabalho! Apesar de ser um observador afastado, reconbeci e admirei o empenho do projeto.

Nelson de Faria Campos - Jaraguá do Sul

Parabéns pela foto do La Nación na praia! Ficou muito boa.

Lucas Sampaio - São Paulo

O Zero entrevistou os candidatos à prefeitura de Florianópolis. Mais informação para definir o seu voto.

Bruno Volpato - Florianópolis

Pisamos na bola...

Na edição de setembro, publicamos uma tabela com o nome dos políticos impedidos de se candidatar nas eleições de 2012 pela lei da Ficha Limpa, na página 11 da referida edição. Na tabela, faltaram os nomes dos candidatos a prefeito Fernando Luiz Hoffmann, do PP de Trombudo Central; vereador Geraldo Pereira, do PMDB de Tubarão; candidato a vereador Lozander Eroni Gazzola, do PSDB de Vargem; e Wilmar Carelli, que tentava se reeleger como prefeito pelo PMDB na cidade de Videira.

Na matéria da página 13 erramos ao publicar que a Axado é um site de pregão eletrônico. Na realidade, a Axado desenvolve o site Axado.com, um portal de comparação de fretes online.

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc

OMBUDSMAN

BERNARDO KUCINSKI

O papel do jornal

O título é o mesmo da coluna anterior, mas desta vez trato do papel mesmo, esse que no dia seguinte serve para embrulhar peixe. Papel ruim rebaixa jornal antes mesmo do jornal ser lido. Na última edição do Zero [Setembro/12], por exemplo, é ilegível o box "pisamos na bola". Fotos e textos com fundo colorido também perderam qualidade. Por isso e por um lapso de último momento, li o Zero na sua versão digital.

Surpresa!

A versão digital é o impresso no formato Flash ou similar, que não oferece a maioria dos recursos de mídia digital, e nada tem a ver com as linguagens, e formatos da mídia digital.

Não está na hora de partir para um ZERO digital?

Além da economia de recursos, os estudantes estariam se preparando para o jornalismo do seu tempo não para o jornalismo agonizante do tempo de seus professores. (Nesta semana tivemos notícias da morte anunciada do Jornal da Tarde, de São Paulo, e do fim da versão impressa da Newsweek americana. No mês passado, o Haaretz, maior jornal de Israel eliminou a versão impressa de seus suplementos, em mais uma etapa da extinção total do impresso).

Pode-se argumentar que o impresso ainda é essencial pelo seu potencial formativo. Não creio. No digital, o espaço é infinito, permitindo que mais alunos escrevam textos individuais, assim com são incontáveis as possibilidades formais.

Agora vamos à obrigação: a crítica de conteúdo do último Zero. Senti nítida melhora na qualidade de todas as matérias. Algumas ainda recendem a relatórios, mas são consistentes e maduras. Ressalto as que tratam das eleições e das empresas start-ups. Ficaram pequenas dúvidas na discussão dos efeitos da crise cambial argentina no turismo de Santa Catarina e na matéria sobre a Lei da Ficha Limpa. Creio que a do turismo teria sido mais eficaz se assumisse, sem margem de dúvida, que a situação mudou muito e focasse de modo mais organizado nos meios para enfrentar o novo cenário. A da ficha limpa não esclarece quem entra com os pedidos de impugnação e o papel do TSE.

Outras observações: O tema dos professores com super-salários não se restringe à violação do teto de R\$ 26.700,00 como insiste o jornal de modo um tanto legalista e à ideia da transparência. Uma pauta criativa discutiria também a questão da isonomia entre professores, do acúmulo do regime de tempo integral e dedicação exclusiva com tantos contratos paralelos, e a da formação e da uma nomenclatura universitária.

Duas matérias me chamaram a atenção, a do casal gay e da triste vida da galinha poedeira, ambas sem gancho algum, ambas muito bem escritas. A frieza com que é descrito o ciclo de vida de uma poedeira é a mesma da própria maneira como esse ciclo é determinado pelo homem. A do casal gay, tão politicamente correta que nem usa essa palavra, lembra um conto de fadas, no qual tudo começa mal e termina bem. Ambas beiram a criação literária.

Finalmente, um comentário sobre a reportagem que trata da instalação da defensoria pública no Estado. Se existe um tema que poderia ter sido estruturado da forma clássica, começando com a história de uma pessoa ou família que se ferrou por falta de advogado, ampliando para o número de pessoas vítimas do mesmo problema e depois introduzindo as mudanças, seria justamente essa história. E com chamada de primeira página, pela relevância social do assunto.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXI - Nº 2 - Outubro de 2012 **REPORTAGEM** Gabriele Duarte, Giovanna Chinellato, Helena Stürmer, Jennifer Hartmann, Jéssica Melo, Joana Zanotto, João Gabriel Nogueira, Laura Vaz, Leonardo Lima, Letícia Teston, Lucas Inácio, Luisa Nucada, Mariana Rosa, Rafael Canoba, Sâmia Fiates, Stefany Alves, Thaine Machado **EDITORES** Ana Carolina Paci, César Soto, Francisco Dantas, Victor Acosta, Victor Hugo Bittencourt **DIAGRAMAÇÃO** Giovanni Bello, Leonardo Lima, Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **FOTOGRAFIA** Giovanna Chinellato, Giovanni Bello, Milena Lumini, Rafael Canoba, Stefany Alves, Victor Hugo Bittencourt **CAPA** Giovanni Bello **INFOGRAFIA** Giovanna Chinellato, Rafael Canoba **ILUSTRAÇÃO** Felipe Tadeu **PROFESSOR RESPONSÁVEL** Samuel Lima MTb/SC 00383 e Ângelo Augusto Ribeiro 6504/27/26vRS **MONITORIA** Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 25 de outubro de 2012

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Eleições do CCJ têm intervenção da reitoria

Irregularidades no edital motivaram documento que influencia escolha de direções dos centros

O processo de consulta prévia para a escolha dos novos diretores dos centros de ensino da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está sendo marcado por intervenções da administração central da instituição. O motivo principal para essa postura partiu da denúncia feita pelo professor Marcos Wachowicz, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), apontando supostas irregularidades no processo eleitoral do Centro. O caso, ao ser analisado pela reitoria, resultou em um memorando (40/2012/GR), assinado pela reitora Roselane Neckel, que gerou polêmica tanto na direção do CCJ quanto entre os diretores dos centros.

No dia 5 de setembro, a comissão eleitoral do CCJ submeteu as normas da consulta prévia ao Conselho de Unidade – órgão máximo deliberativo e consultivo da administração do centro. Cinco dias depois de a resolução ser validada, durante a inscrição das chapas, Wachowicz abriu um processo administrativo (23080.039299/2012-97) apontando irregularidades nas regras da consulta. No processo, Wachowicz alegou que o edital, o qual previa um período para inscrição de chapas de 12 a 20 de setembro, só foi divulgado no dia 14, sexta-feira, reduzindo esse prazo para quatro dias úteis. Consequentemente, o período para debates também era curto. O professor ainda questionou a restrição de candidaturas apenas a professores com doutorado.

Em resposta, a reitoria enviou o memorando nº 40, considerando válidas as denúncias e recomendando que fosse feito um novo edital, “eliminando as irregularidades apontadas”. No documento, destinado diretamente à diretora do CCJ, professora Olga Maria Boschi, e enviado no mesmo dia da denúncia, a reitora exige que “seja realizado um processo democrático, com ampla e livre discussão” e também afirma que “não será obrigada a observar pseudoconsultas de velocidade irrazoável”. Segundo o chefe de gabinete Carlos Vieira, o memorando foi enviado para garantir uma eleição com democracia e lisura.

Boschi se defendeu e disse que o período de oito dias para a inscrição de chapas, na consulta

do centro, foi maior que o para as eleições para reitor – ano passado, os candidatos tiveram seis dias para se inscrever. Ela assegura que só teve conhecimento das denúncias quando a reitoria encaminhou o memorando nº 40 e que não recebeu cópia das acusações de Wachowicz.

A presidente da comissão eleitoral do CCJ, Heloísa Maria Sobierajski, alegou que o memorando assinado por Neckel deveria ser destinado à comissão eleitoral ou ao Conselho de Unidade, responsáveis por definir as normas da consulta. Das recomendações feitas pela reitoria, a Comissão decidiu acrescentar cinco dias úteis para a inscrição das chapas e transferir o dia da eleição para 10 de outubro.

Após reclamações de diretores de unidades, reitora muda tom em novo memorando

Após o fim do período de inscrição, duas chapas foram homologadas: Chapa 1, formada por Luiz Carlos Cancellier e pelo vice Ubaldo César Balthazar; e a Chapa 2, da professora Vera Regina Pereira de Andrade e o vice Edmundo Lima de Arruda Júnior. A vitória ficou com Cancellier, eleito com 74,07% dos votos.

O CCJ foi o segundo a decidir seu novo diretor, depois do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. No CFM, o período eleitoral durou 20 dias, com inscrição de chapas em até 24 horas antes da votação, que ocorreu no dia 19 de setembro. O escolhido foi o professor Valdir Correia. A reitoria só soube do pleito no dia em que foi realizado.

As eleições nos centros de ensino foram um dos pontos de pauta da reunião fechada entre os diretores dessas unidades e a reitoria no dia 24 de setembro. Segundo Boschi, os diretores que se manifestaram sobre o assunto mostraram-se insatisfeitos com o memorando nº 40. A pedido dos diretores foi elaborado um novo memorando (nº 10/2012/GR) que contém recomendações da reitoria e tem por objetivo evitar novos conflitos. Vieira relatou: “A reitora explicou a situação, houve os questionamentos que foram esclarecidos e todos saíram tranquilos”.

Até 26 de novembro, os centros deverão enviar a lista tríplice com os nomes escolhidos nas eleições. Das 11 unidades do campus de Florianópolis, nove ainda estão em processo eleitoral.

1. Por meio de impugnação apresentada pelo Prof. Dr. Marcos Wachowicz, foi esta Reitoria informada do teor do Edital 001/CCJ/2012, com graves problemas e irregularidades

2. Razão assiste, em grande parte, ao autor da impugnação. Razionalmente, causa perplexidade, de início, que em um centro destinado ao ensino

como abundantemente prevê o art. 6º, do referido edital.

Não se pode permitir que, por esta via indireta, órgãos distintos da Reitoria se ponham em última análise a interferir no âmbito de competência constitucional e legal desta última, como que prefixando a escolha final que à Reitoria compete, segundo o direito vigente.

a) O órgão coordenador da consulta deve limitar-se a registrar a votação válida

o já exigido prazo de 7 (sete) dias úteis se reduziria, s.m.j., a 4 (QUATRO) dias úteis.

Note-se que o procedimento, ao que se saiba, não se destina a coroar indivíduos pré-escolhidos, em um toco e apressado concurso de popularidade. Destina-se, isso sim, a gerar uma ampla e livre discussão pública sobre complexos

Perceba-se, por sinal, que a Reitoria não está obrigada a observar pseudoconsultas de velocidade irrazoável, realizadas sem sequer se atender à própria razão de ser do procedimento.

Documento assinado por Roselane questiona regulamento de forma incisiva



Diretora do CCJ diz que consulta para reitor teve prazo menor de inscrição

Pleito para direção do HU mudou após denúncia do DCE

Caso semelhante aconteceu na consulta para escolha do novo diretor do Hospital Universitário (HU). No dia cinco de junho, o Diretório Central dos Estudantes Luiz Travassos (DCE) denunciou supostas irregularidades no processo eleitoral do HU, entre elas, período curto para inscrição das chapas, participação de funcionários da Fundação de Amparo à Pesquisa e à Extensão Universitária (Fapeu) na eleição e a disposição de poucas urnas, que favoreceria o voto

dos docentes.

O integrante do DCE, Bruno Mandelli, explicou que a denúncia foi feita depois que a reitoria pediu aos membros do Diretório que lessem o edital e se posicionassem, elaborando um documento sobre o modo como o processo eleitoral estava sendo conduzido.

O presidente da comissão eleitoral do HU, Carlos Pinheiro, rebateu as acusações e garantiu que o período de inscrição das chapas foi o mesmo

estipulado nas eleições para reitor. Sobre a questão dos 140 funcionários da Fapeu, Pinheiro justificou que existe um número que ocupa cargos há mais de vinte anos e que o HU acompanha todo o processo (concurso, seleção e treinamento) de contratação. Na opinião de Vieira, a inclusão do voto de funcionários terceirizados abriria precedentes nos centros.

A reitoria enviou um memorando ao ex-diretor do HU, Felipe Felício, no mesmo dia em que a denúncia

do DCE foi encaminhada. Segundo Pinheiro, a comissão eleitoral do HU decidiu acatar as sugestões “para que o processo pudesse seguir normalmente”. Assim, os funcionários da Fapeu não votaram e o prazo para inscrição de chapas foi prolongado por mais quinze dias. Nesse período surgiu a chapa de oposição formada por Luiz Alberto Peregrino Ferreira, o Lula, e o vice Paulo César Trevisol Bitencourt, que concorreu contra Carlos Alberto Justo da Silva (Paraná) e a

vice Maria de Lourdes Rovaris.

As eleições aconteceram no dia 16 de agosto e a Chapa 1, liderada por Paraná, ex-candidato a reitor, venceu com 72,19% dos votos. Seu nome foi homologado, no entanto, somente 19 dias depois de formalizado à reitoria.

Thaine Machado
thaine.machado@gmail.com
Laura Vaz
laurarodriguesvaz@hotmail.com

O boi está de volta às ruas: “de três ont’onte a dijáoji”

Banda com influência folclórica se reúne em sua formação original



Capa do primeiro álbum, recriada ao lado

Em 14 de abril de 1979, cinco estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) montaram um grupo que entrou para a história da música catarinense, com repercussão no cenário nacional. O Grupo Engenho fazia um som com características da cantoria acelerada, do toque do acordeom e melodias dançantes, inspiradas nos rituais do boi de mamão. Apesar de nenhum dos integrantes ser “Manezinho da Ilha”, o interesse pela cultura local foi unanimidade na hora de criar e produzir. Com três discos lançados (Vou botá meu boi na rua - 1980; Engenho 1981; Força Madrinheira - 1983), a banda decidiu terminar em 1984. O último show foi no Centro Integrado de Cultura (CIC) [disponível em <http://migre.me/bf61j>].

Depois de 28 anos, Claudio Frazê (percussão e voz) é produtor musical e produz artistas do mundo todo, inclusive o conhecido violonista Yamandú Costa. Marcelo Muniz (baixista) dá aulas de música e tem um projeto chamado Pontos de Harmonia. Chico Thieves trabalha com cosméticos artesanais e Alisson Mota é programador de computadores, desenvolvendo softwares para rádio e televisão. Eles estão de volta, tocaram no II Festival de Música da UFSC em agosto do ano passado. Em maio deste ano, voltaram aos palcos com um show no teatro Pedro Ivo.

Como foi o começo da banda?

Alisson Mota: O pessoal da engenharia [da UFSC] fez uma festa no campus com gente do Brasil inteiro. Aí eles convidaram todos os músicos que tivessem os instrumentos que fossem lá, como se fosse um sarau. Aí peguei meu violão, chamei o Frazê e subimos. Aí ele (Chico) falou com o Cristaldo (antigo sanfoneiro) e subiu junto conosco. Como tinha gente do Brasil inteiro, começaram a chamar de forró do sul. Aí fizeram uma festa no RU e chamaram de forró no RU, porque a banda ainda não tinha nome. Aí tocamos mais umas quatro, cinco vezes, mas a gente só se encontrava pra tocar. O Marcelo e o Chico falaram “a gente tinha um banda chamada Engenho, mas não vingou” aí falamos: “Esse nome é legal!”.

Cláudio Frazê: Uma característica geral das bandas é que elas se conhecem e começam a ensaiar, mas a gente não. Nós só fomos nos conhecer de verdade em Salvador, em um boteco no Farol da Barra depois de tocarmos em um show. Engraçado que a gente já vinha tocando junto, mas essa coisa de sair e conversar, nunca!

Na época o público de vocês também era o universitário?

Alisson: Sim e na verdade a UFSC ajudou muito o Engenho. Nós tínhamos um contrato com a Universidade era bem interessante. Eles forneciam uma Kombi para gente viajar e um caminhão para levar nosso equipamento e em troca a gente fazia um show por semestre aqui.

Vocês foram um dos grupos catarinenses de maior sucesso nacional. Qual foi essa proporção na época?

Chico Thives: Nós tínhamos um programa todo final de ano da RBS, um especial de Natal. Como tem o Roberto Carlos na Globo, era a gente na RBS.

Cláudio: E em São Paulo a gente era da produtora Lira Paulistana, que era um movimento alternativo com editora de livros, teatro, música. Eles quem assinaram o nosso último CD. Nós fomos a última produção do Lira Paulistana antes de fechar.

Dá pra ouvir na musicalidade de vocês que

existem elementos do forró, do vanerão, da cultura manezinha e no meio dessa coisa toda saiu um estilo próprio. Como vocês chegaram nesse resultado?

Alisson: Nós juntamos as músicas que tínhamos em separado para dar uma cara de Engenho. Só que a ideia era que tivéssemos alguma identidade e uma unanimidade entre nós era essa coisa de gostar da cultura. Então, mesmo que uma música tenha sido composta antes, ela ficou com uma cara de Engenho. No início teve músico que torceu o nariz, dizendo que falar de boi de mamão era coisa de folclore, mas era justamente isso que a gente queria.

Marcelo Muniz: A gente dizia que tocava música brasileira com qualidade de rock. E a nossa influência é essa.

Nenhum de vocês nasceu em Florianópolis, como vocês aprenderam a cultura daqui?

Cláudio: O mais importante foi o contato com o professor Franklin Cascaes, no museu de Antropologia. Ele que nos deu as dicas de como procurar, pesquisar informações sobre a cultura, gravar no sul, na Lagoa...

Alisson: Mas no meu caso, que vim do Paraná, foi tudo muito novo. Pra mim, folclore, é uma coisa que tá no livro. Eu fazia cursinho pré-vestibular em Curitiba e resolvi prestar vestibular para Florianópolis. Passei e vim. Quando cheguei, vi o folclore vivo na minha cara e eu fiquei impressionado. Na hora, meu sentimento foi de abraçar aquilo, guardar e proteger para não perder.

E como vocês analisam essa questão de incentivo à cultura no estado? Pois não bastam só os editais.

Cláudio: É que tem outro fator, o governo pode aprovar o projeto sem o Conselho Estadual de Cultura aprovar, inclusive indiretamente. Então fizeram alguns projetos indiretamente, o que é de interesse deles, eles fazem diretamente. No conselho, na verdade, metade é ligado ao governo e a outra metade é ligada a associações de artistas, que é justamente pra equilibrar, mas esse ano foi tão feia a coisa que chegaram a se unir, né?! Ao mesmo tempo que não tem dinheiro pra bandas locais dão R\$ 850 mil pra ajudar no show do Paul McCartney. Precisa?! Não pre-

cisa, né?! É uma estrela, todo mundo vai, vai lotar.

Chico: Culturalmente o governo continua o mesmo. Nós estamos envolvidos há trinta anos com música e não muda, não muda em nada.

Marcelo: Piorou e a gente trabalha em muitas coisas e por leis em Florianópolis, mas eles colocam pessoas erradas pra administrar isso tudo.

O fato da Secretaria de Cultura, Esporte e turismo (SOL) serem todas misturadas prejudica muito?

Alisson: Sem dúvida. É horrível. Juntar uma coisa que não tem nada a ver com a outra e administrar tudo no mesmo lugar, com o mesmo dinheiro, a mesma mentalidade, é impossível.

Cláudio: Se tivesse uma Secretaria de Cultura isolada teria mais possibilidades de garantir recurso federal.

Chico: É aquela história, a parte cultural não dá voto. O que político quer? É continuar no poder e ai ele precisa ter voto. Não faz saneamento porque não aparece, aí faz o quê? Faz estrada, faz viaduto. Cultura não dá voto então vai ser eternamente isso.

E a Maratona Cultural, como vocês veem, já que é da SOL?

Chico: Qualquer coisa vinda do governo tem segunda intenção. As pessoas têm show, mas tem essa segunda intenção e não é tão bom assim.

Cláudio: Teve banda que tocou de graça, tavam oferecendo cem reais por artista. Um evento desse tem que incentivar. Se tem um bom orçamento, tem que pagar bem os músicos. Os artistas não desenvolvem profissionalmente porque não tem dinheiro pra comprar instrumento e é assim, uma coisa depende da outra.

Marcelo: Particularmente eu acho um desperdício esse dinheiro da Maratona, pegaram a virada cultural de

São Paulo e imitaram. Aqui fizeram em outubro do ano passado, deveriam ter feito em outubro deste ano, mas fizeram em março para poder usar o dinheiro público antes do ano eleitoral.

Temos agora a polêmica do fechamento do Centro de Cultura e Eventos e isso remete ao problema da falta de espaços culturais aqui em Santa Catarina. Como vocês veem essa falta de espaço?

Alisson: Hoje tem um monte de espaços, tem o Centro Integrado de Cultura (CIC), tem o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), tem o Pedro Ivo, tem a UFSC. Antigamente não tinha nada, mas tinha mais shows. Havia mais concerto, porque não tinha toda essa complexidade de fazer um show em algum lugar. A gente tocava em qualquer parque.

Cláudio: Para conseguir uma data em qualquer espaço aqui é uma dificuldade enorme e depois você vê, não aconteceu nada aquele dia. Politicamente eu não sei como é resolvido o negócio de não dar data pra alguém, não faz sentido.

Marcelo: E tem outra coisa: os preços que eles cobram aqui. O show do Milton Nascimento, da Maria. Vocês acham que o estudante vai pagar o preço daqueles ingressos? Não vai.

Há 30 anos, vocês queriam tocar e mostrar a música de vocês, botar o boi na rua. Agora que estão estabilizados, qual a direção da banda?

Chico: Bom, nós agora vamos ter dois motivos: o pessoal, e o da banda. E os dois têm que estar juntinhos, senão

não vai fechar. Isso eu já senti que acontece. Claro que ainda assim cada um tem seu objetivo íntimo, mas dá pra ver que fechou.

Marcelo: Como Hermeto Pascoal disse: Eu vou fazer a minha música, vocês que me estudem depois!

Alisson: Particularmente, a minha curiosidade é como é que soaria a nossa música de 30 anos atrás tocada hoje por nós e com a técnica atual.

Mas vocês estão focando nos trabalhos antigos ou há coisa nova vindo por aí?

Alisson: A ideia é lembrar que existiam as músicas daquela maneira, mas agora também

colocar algumas coisas mais atuais. Um novo trabalho, um pouco da linguagem de hoje. Como sendo o Engenho se conhecendo hoje.

Quais os outros motivos da volta do grupo?

Chico: Eu tenho um motivo pessoal. Eu iria morrer sem saber como seria se nós tocássemos de novo. Tinha dúvidas se ia funcionar, claro. Cada um seguiu com sua vida, com sua família, viagens etc. O Marcelo, por exemplo, ficou 30 anos fora do Engenho. O Alisson começou com a história de "vamos voltar" e aí fui soltando pros amigos que o grupo Engenho ia voltar. O Cláudio ficou puto porque era a única pessoa que disse que não voltaria, mas ele acabou voltando, pra nossa felicidade.

Cláudio: Eu não tocava profissionalmente há 15 anos!

Atualmente, como está a agenda

da banda?

Alisson: Vamos agora para o festival brasileiro regional em Porto Alegre, em que jurados do Brasil todo escolhem os grupos que vão participar. Em março de 2013 temos também um projeto pra ir à Lisboa.

Cláudio: Bom, a gente não tá preocupado com agenda, a gente tá preocupado em retornar, fazer o trabalho e participar de projetos pra fazer a coisa bem feita. Conseguimos um projeto aprovado pelo conselho estadual de cultura aí chegou na secretaria e na hora H já não tinha dinheiro porque já tinham gasto.

Chico: Inclusive a gente tem menos shows, a ideia não é ter 500 shows, é ter poucos shows, mas com qualidade.

Alisson: Não interessa ficar tocando em qualquer lugar, realmente a ideia nossa é essa, voltar em momentos especiais. Não temos esse interesse como antigamente de tocar em tudo quanto é lugar.

Existe uma diferença qualitativa da música de 30 anos atrás e de agora?

Marcelo: Eu acho que, por causa da ditadura, existia uma rigidez e o contexto da universidade era bem diferente naquela época.

Alisson: A grande diferença da proposta na nossa época é que a gente brigava contra aquele enlatado estrangeiro. Então, de um ponto de vista, era mais fácil lutar. Agora é diferente. Hoje a briga é contra a Globo, contra a mídia de massa, entende?

Quais bandas da atual cena catarinense vocês veem que usam elementos do folclore local?

Chico: É diferente usar elemento e falar sobre. Eu acho que todas elas "falam sobre" mas não usam toda a musicalidade, há muita influência externa.

Alisson: Por exemplo, eles falam sobre a Lagoa da Conceição. Se você trocar por Lagoa dos Patos, não muda nada, não existe uma característica.

Marcelo: A culpa disso é a falta de uma faculdade de composição aqui. Existe uma faculdade dessa na Bahia. O Tom Zé estudou lá. Eles pesquisam as músicas locais, eles se aprofundam. A faculdade aqui ensina a copiar uma partitura, a ler e tocar. Não ensina a pensar, e esse é o problema.

Qual instituição poderia preencher essa lacuna?

Marcelo: A UFSC mesmo.



Chico Thives, Marcelo Muniz, Alisson Mota e Cláudio Frazê não estão mais preocupados com a quantidade de shows, mas sim com a qualidade deles. "A ideia é tocar em eventos especiais".



Integrantes, que não são da ilha, vieram para estudar na UFSC e se encantaram pela cultura local

Organização privada pode administrar HU

Adesão do hospital à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares será decidida até dezembro

Liliane Vieira Simões, 34 anos, mora em São José e utiliza os serviços gratuitos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC) há oito anos. Para tratar um câncer localizado na glândula tireoide, ela faz um acompanhamento a cada três meses no HU. Além das consultas com endocrinologistas e cirurgiões, a paciente realiza todos os exames de rotina - inclusive os de alto custo, como tomografias e cintilografias - no hospital.

Ainda que Simões não estivesse por dentro da discussão sobre a possibilidade de o HU/UFSC aderir à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), ela salienta que, desde o início do tratamento, ouvia rumores sobre a privatização do hospital. "Se a privatização realmente acontecer e o meu atendimento gratuito for ameaçado, eu tenho muito a perder", observa. Simões também é tratada pelo Centro de Pesquisas Oncológicas de SC (CEPON), mas lembra que a maioria dos procedimentos é realizada no HU. "Trato-me há oito anos com os mesmos médicos, que já conhecem o meu caso. Se houver mudanças no atendimento à população, eu sou contrária a essa empresa".

O receio de Liliane Simões diz respeito à lei federal 12.550, de 15 de dezembro de 2011, que institui a EBSEH - empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O modelo de gestão foi criado para garantir o funcionamento dos 46 hospitais universitários do país, vinculados a 32 universidades federais. (leia mais no box)

O Conselho Universitário (CUn) criou no fim de setembro uma comissão para discutir o assunto na UFSC. O prazo final dado pelo Governo Federal para as universidades decidirem

sobre a gestão dos hospitais é 31 de dezembro deste ano. Se não optar pela Empresa, o HU/UFSC continuará recebendo repasses federais do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) e a administração segue sob responsabilidade da reitoria.

Até outubro, 16 universidades federais, que respondem por 26 HUs, manifestaram interesse pela adesão à Empresa. Com essa afirmativa, a EBSEH inicia os trabalhos junto ao hospital, realizando um diagnóstico da situação de cada unidade, para, então, firmar o contrato. De acordo com a assessoria de imprensa da EBSEH, a forma de aprovação da contratação da empresa é de autonomia de cada universidade federal.

Edileuza Fortuna luta para que a empresa não se instale no HU. Articuladora da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e secretária-geral do SindSaúde, Fortuna aponta irregularidades na proposta da EBSEH. "A Empresa é uma sociedade anônima, ou seja, de cunho privado, que não prevê concurso público para entrar. O segundo aspecto é o fim da licitação. Uma empresa privada vem administrar um órgão público, sem licitação para compra de equipamentos. A terceira questão é o fim da autonomia universitária, que é regra."

Já a vice-reitora da UFSC, professora Lúcia Pacheco é cautelosa ao se posicionar sobre a EBSEH. Em sua opinião, há vantagens, "como a questão da contratação, planos de carreira, e salários mais atraentes", mas há muitas questões dúbias na lei, que exigem regulamentação e discussão. Pacheco reconhece a possibilidade da perda da autonomia universitária. "A gestão do HU vai ficar muito à parte da universidade. Nós não temos tanta ingerência no hospital, mas em com-



Liliane trata câncer de tireoide e receia que serviços gratuitos do hospital sejam ameaçados

penção o recurso vai vir específico para aquela função. Alivia em termos administrativos". Para a vice-reitora, é preciso que se encontre um modelo de contrato que atenda às necessidades do HU/UFSC. "Vamos dar muito espaço ao debate antes de tomar uma decisão, que deve extrapolar o prazo determinado". É provável que, se o CUn aprovar a Empresa, a instalação aconteça apenas em 2014.

O diretor do HU/UFSC, professor Carlos Alberto Justo da Silva, o Paraná, salienta que antes de decidir sobre a modalidade de gestão do hospital, é necessário um estudo detalhado do contrato. "Eu não sou contra a EBSEH, mas não tenho nenhum motivo atualmente para ser favorável. Porque em nenhum dos momentos me colocaram com clareza que a questão da manutenção e da expansão será preservada".

Legislação garante espaço de formação profissional aos alunos

Entre as principais funções do HU está a de ser campo de estágio a estudantes. A estudante de Psicologia da UFSC, Maísa Mattedi, avalia de maneira positiva o estágio realizado no HU. "Aprendi tanto questões técnicas a respeito da minha área, quanto relacionadas a outras especialidades da equipe multiprofissional", avalia.

Na legislação que cria a Empresa está resguardada essa condição de ensino: "A EBSEH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar (...), assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal (...)." De acordo com a professora da graduação e pós-graduação em Enfermagem, Francine Lima Gelbcke, a prioridade do ensino no HU/UFSC será preservada. Gelbcke, que atuou até julho na direção de Enfermagem do hospital e compõe a comissão formada pelo CUn, ainda acrescenta que, caso a UFSC adote a EBSEH, o aprendizado, a pesquisa e a extensão dentro do HU serão mais fomentados. "A Empresa quer resgatar o papel do professor dentro do hospital. Com isso, eu penso que vamos ter incentivo financeiro. A EBSEH prevê, inclusive, dentro da sua organização, uma gerência de ensino e pesquisa, que faça o controle e articule as pesquisas e atividades realizadas", defende. Ainda segundo a professora, essa gerência prevista pela EBSEH propõe que as pesquisas feitas dentro do HU/UFSC prevejam algum retorno financeiro ao hospital, para realimentar novos estudos.



Abaixo assinado contra adesão do HU à EBSEH será entregue em novembro à reitoria

Entidades defendem atendimento exclusivamente pelo SUS

A pesquisadora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explica que a EBSERH deve atuar no mesmo formato de uma empresa como a Petrobrás. “É uma lucratividade que não é inteiramente do Estado. Essa situação numa área como a saúde pode ser perigosa, pois é uma oportunidade de expansão dos lucros privados. E isso coloca em risco os HUs, que são a parte mais desenvolvida do conjunto da saúde pública, em termos de inteligência, pesquisa e qualificação profissional”, explica.

A EBSERH tem como modelo o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), utilizado como local de estágio pelos alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apesar de não ser gerido pela Empresa proposta pelo MEC, a estrutura e o atendimento do hospital-escola gaúcho são referências no país. No entanto, em 2009 o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul ajuizou uma ação civil pública para que o hospital dedique 100% dos leitos ativos e dos procedimentos médicos ao Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com as procuradoras da República Ana Paula Carvalho de Medeiros e Suzete Bragagnolo, a medida está amparada na Constituição, na Lei Orgânica da Saúde, em portarias do Ministério da Saúde e da Educação



Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde defende a manutenção do HU 100% público

e, ainda, no contrato firmado com o gestor municipal. “Por um lado, a atividade impede que os serviços sejam direcionados a quem deles necessita e, por outro, torna promíscua a relação entre o público e o privado, fazendo com que a estrutura pública, rigorosamente deficitária, seja utilizada pelo setor privado de forma privilegiada”, argumentam as procuradoras.

Para Edileuza Fortuna, do Fórum Catarinense em Defesa do SUS, a reforma sanitária foi uma das maiores conquistas da saúde pública no Brasil. “Na década de 80 a constituição garantiu: universal e gratuito. E hoje a gente vê que quebra a universalidade e a equidade, porque pode abrir duas portas. Sabemos dos problemas do SUS, mas precisamos enfrentar. Não é quebran-

do essa rede que nós vamos melhorar”.

A estudante do curso de Serviço Social da UFSC e membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Mariana Decarli destaca que a EBSERH “é uma das tantas tentativas de privatização da saúde”. Segundo a estudante, a empresa mudará a lógica de saúde do hospital, do público, para o privado. “A universidade ficará à mercê do

contrato estipulado por essa empresa. Esse tipo de gerenciamento vai ser feito de forma privada, o que vai tornar a saúde algo que pode ser vendido”, argumenta.

A despeito disso, o estatuto da EBSERH garante a continuidade do atendimento público pelo SUS. De acordo com a assessoria de imprensa, a Empresa é constituída por recursos públicos e submetida ao controle dos órgãos públicos. “As atividades de prestação de serviços de assistência à saúde realizadas nos HUs federais permanecerão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do SUS e seguirão as orientações da Política Nacional de Saúde. Portanto, não é possível falar em privatização dos hospitais universitários federais. O que foi adotado semelhante ao HCPA foi o modelo de empresa pública, mas não há qualquer risco da chamada ‘dupla porta’”, alegam.

O diretor do HU, professor Paraná, e a vice-reitora da UFSC, Lúcia Pacheco, lembram que a manutenção do atendimento totalmente pelo SUS é um compromisso, inclusive, do estatuto da empresa, mas que deve se refletir no contrato firmado com a universidade, caso se opte pela adesão.

Gabriele Duarte
duartes.gabriele@gmail.com

Empresa estabelecerá nova forma de contratação de funcionários da saúde

O principal motivo de o MEC ter instituído esse novo modelo de gestão tem relação com a forma de contratação dos trabalhadores. Os HUs do Brasil contam hoje com cerca de 20 mil funcionários contratados por fundações de apoio, um regime considerado irregular pelo Tribunal de Contas da União. Na UFSC são 146 pessoas contratadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão (FAPEU) de um total de 1344 funcionários. Por meio da EBSERH, o corpo dos HUs será composto exclusivamente por profissionais contratados de acordo com o Código de Leis Trabalhistas (CLT).

Para o servidor do Hospital Universitário da UFSC Ricardo Rocha, que trabalha no setor de oftalmologia há 17 anos e também é membro do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC (Sintufsc), se os trabalhadores tornarem-se celetistas, a classe perderá o poder de reivindicação. “Estão dizendo que se vier a EBSERH, os salários serão melhorados, mas não dá pra pensar só no próprio umbigo, né? No regime celetista não há estabilidade, além de a aposentadoria ser por meio da previdência geral e

não por regime próprio”, defende.

Entre janeiro de 2010 e setembro de 2012, 216 servidores aposentaram-se, ocorreram seis óbitos e 1959 afastamentos de longa permanência (mais de três meses). Só neste ano, foram registradas 108 aposentadorias, três óbitos e 481 afastamentos. A previsão para 2013 é de mais 85 aposentadorias.

A vice-reitora Lúcia Pacheco reconhece que o grande problema do HU é a falta de reposição de pessoal. “A Empresa surge para a gestão de pessoas, que exige agilidade na contratação”, diz.

Paraná admite que o principal agravante do hospital é o dimensionamento inadequado de pessoas. Segundo o diretor-geral do HU, existem hoje cerca de 60 leitos desativados por falta de servidores. “Não é verdade que haverá duas portas para atendimento. Mas poderá haver privatização? Se eu não tiver as pessoas para trabalhar, poderá. Cada leito que eu fechar dentro do HU, eu estarei privatizando, porque eu deixei de dar atenção ao SUS. E quando o usuário não tem, ele se vê obrigado a buscar outras formas de tratamento, que muitas vezes é o privado”.



Solução para saneamento empaca na falta de consenso

Entidades civis e órgãos reguladores contestam os emissários submarinos

Os problemas de saneamento em Florianópolis são ponto de discussão há anos, inclusive nas eleições para prefeito deste ano. Apenas 53,9% das casas têm acesso ao serviço, de acordo com dados publicados em 2010 pelo Ministério das Cidades. Enquanto as estações de tratamento de esgoto operam com uma série de irregularidades, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) planeja a ampliação da rede, enfrentando críticas e pressões por parte dos órgãos de proteção ambiental e de lideranças comunitárias. O projeto apresentado como uma solução técnica mais viável propõe o uso de emissários submarinos, que são tubulações para lançar em alto mar o esgoto tratado.

De acordo com a equipe responsável pelo projeto, esta seria a única forma de ampliar a rede de esgoto sem colocar em risco as bacias hidrográficas da ilha. "Os emissários submarinos permitem a universalização do atendimento. Ainda que houvesse tratamento em nível terciário, não haveria, na ilha, manancial suficiente para receber o volume de esgoto gerado", defende o gerente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Casan, Patrice Barzan.

Elson dos Passos, gerente de planejamento da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento, complementa o argumento explicando que devido às características do solo e do lençol freático não é possível infiltrar o esgoto no solo. "Temos que ter uma solução para o destino do efluente", justifica Passos.

O projeto foi proposto como solução após a coordenação regional do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) entrar com um recurso contra o licenciamento da estação de tratamento do bairro Rio Tavares, projetada para lançar o esgoto tratado no rio de mesmo nome. A estação de tratamento do Rio Tavares faz parte da primeira fase do projeto de ampliação da rede, que prevê a construção de uma estação nos Ingleses e também a implantação da rede no sul da Ilha, região onde ainda não há cobertura do serviço.

Em agosto e setembro, a Assembleia Legislativa

de Santa Catarina realizou duas audiências públicas para discutir a proposta dos emissários submarinos com as lideranças comunitárias das regiões norte e sul da Ilha, que se manifestaram contrárias ao projeto, temendo principalmente que a balneabilidade das praias e as atividades de maricultura sejam afetadas.

Em relação aos possíveis riscos para a saúde humana, a professora Ariane Laurenti, do departamento de Patologia da UFSC, salienta que o projeto deve levar em conta a proteção das fazendas marinhas. "Nestes casos, o maior risco de uma contaminação atingir a proporção de epidemia é através do consumo de moluscos, já que eles acumulam as toxinas presentes na água". Na avaliação da professora, caso exista garantia, a partir dos estudos oceanográficos, de que o esgoto lançado não retornará para a costa, os emissários podem ser considerados seguros. "A vantagem é que a salinidade da água do mar é tão alta que mata grande parte das bactérias", afirma.

A contraproposta com maior apoio popular na audiência do sul da Ilha foi a apresentada pelo Movimento Saneamento Alternativo (Mosal), que defende a adoção de um sistema de saneamento descentralizado. O coordenador do Mosal, Gert Schinke, explica que no sistema descentralizado as estações de tratamento são planejadas de acordo com as características de cada bairro, funcionando com métodos que alterem ao mínimo o funcionamento do ecossistema local. "O princípio do sistema descentralizado é o ciclo da água, o que implica na proteção das bacias locais. No atual sistema há um desperdício deste recurso. Na visão descentralizada os volumes de esgoto são menores, o que aumenta capacidade de assimilação da natureza", argumenta.

Os representantes técnicos da Casan e da Se-

cretaria Municipal de Habitação e Saneamento, reconhecem que a proposta do Mosal poderia ser uma alternativa viável para regiões da cidade que tenham população de até 2 mil habitantes. "As soluções alternativas são muito apropriadas para áreas com menos densidade populacional, o que não é o caso das regiões com mais problemas no tratamento de saneamento, como o Campeche e os Ingleses", avalia Passos. Já Alexandre Trevisan, chefe da divisão de meio ambiente da Casan, lembra que é preciso pensar em um equilíbrio entre a solução mais viável dos pontos de vista ecológico e econômico, já que o custo operacional de um sistema com muitas estações tende a ser maior. "Uma pesquisa feita pela Casan revelou que 34% dos moradores do Campeche não estão dispostos a pagar pelo sistema de saneamento".

No entanto, na avaliação do Professor Pablo Sezerino, coordenador do Grupo de Estudos em Saneamento Descentralizado do departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC, o sistema descentralizado poderia ser implantado com autogerenciamento das comunidades, sem custo operacional para a Casan. "Os sistemas descentralizados podem ser trabalhados pela comunidade, com orientação de profissionais e fiscalização da Vigilância Sanitária".

O secretário municipal de Habitação e Saneamento Ambiental em exercício, Salomão Mattos, frisa que a solução para ampliar a rede de coleta e tratamento de esgoto será determinada após a Conferência Municipal de Saneamento Básico, que tem previsão para ser realizada entre o final deste ano e o início de 2013. "Temos que discutir qual é a melhor solução. A solução dos emissários está colocada, mas pode ser outra. Se houver cinco alternativas boas, discutiremos as cinco, eliminando ou dando uma solução mista", pondera.

Apenas metade das casas de Florianópolis tem acesso ao serviço de saneamento



Indefinição ameaça reserva do Pirajubaé

A diretoria da Casan busca junto à coordenação regional do ICMBio um acordo para a instalação provisória da Estação de Tratamento do Rio Tavares. Em 2010, um acordo firmado entre as duas instituições, além da Fatma e da Prefeitura, estabeleceu que, para a proteção das atividades de maricultura na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, o rio Tavares não poderia ser o destino final do esgoto tratado na estação e a mesma só poderia começar a funcionar após a instalação de emissários submarinos. Caso a nova proposta de tratamento não seja aprovada, a implantação da rede de esgoto no sul da Ilha terá que esperar pelo projeto, que vai demorar pelo menos quatro anos para ser executado.

As datas ainda não foram agendadas, mas a previsão é que até a primeira metade de novembro os técnicos da Fatma, da Coordenação Regional do ICMBio e da Casan se reúnam pela primeira vez para discutir a proposta de tratamento em um nível mais avançado, o chamado tratamento terciário. Este tratamento realiza a desinfecção do esgoto e remove nutrientes como fósforo e nitrogênio, que alimentam algas e micro-organismos que podem provocar o processo de eutrofização, que é o excesso de matéria orgânica na água. "A proposta será analisada, com atribuição total do Instituto Chico Mendes de dizer sim ou não", afirma Daniel Penteado, coordenador regional do ICMBio. Penteado adianta que um dos principais fatores a ser considerado é se o lançamento do esgoto tratado poderá alterar a salinidade da água do rio Tavares, que tem regime de água salobra (salinidade intermediária entre a água doce e a água do mar), a ponto de prejudicar a produção de berbigão na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé.

O engenheiro Alexandre Trevisan, chefe da divisão de Meio Ambiente da Casan, argumenta que as ligações de esgoto irregulares lançam diariamente no rio Tavares três mil quilogramas de Demanda Bioquímica por Oxigênio (D.B.O.), medida que indica a quantidade de matéria orgânica poluente. Além disso, o rio recebe por dia 55 qui-



Desinfecção mais avançada move substâncias orgânicas, evitando o processo de eutrofização

logramas de fósforo e 450 quilogramas de nitrogênio. "Sem tratamento, estas quantidades devem aumentar em 30% até 2030. Se o esgoto for lançado no Rio Tavares com o tratamento terciário, ao invés de piorar, pode melhorar em 60%", calcula Trevisan.

O acordo de 2010 solicitava também a interrupção imediata do lançamento de esgoto na área da Reserva Extrativista no manguezal do rio Tavares, cláusula que não foi cumprida. Alvimar Santos, gerente da vigilância sanitária municipal, reconhece que lacrar as saídas de esgoto não resolve o problema, já que as famílias desfazem o serviço depois que os fiscais vão embora. O secretário municipal de Habitação e Saneamento Ambiental em exercício, Salomão Mattos, admite que não há uma solução a curto prazo para a região. "A solução passa também por uma intervenção urbanística na área, que era um terreno de mangue e hoje é um assentamento consolidado com problemas de infraestrutura e habitação", afirma. Segundo Mattos, a região será atendida assim que os grupos de trabalho da secretaria concluírem os projetos em andamento no maciço do Morro da Cruz e na Vila Aparecida. "Terminando estes projetos, nossa prioridade será a região da Costeira e do Rio Tavares, e também o Saco Grande", afirma.



Solução para região também requer intervenção urbanística

Conheça quais são as instituições que atuam no setor

Prefeitura Municipal:

É a titular do serviço desde 2007, quando a Lei Federal nº 11.445 determinou as diretrizes nacionais para o saneamento básico e transferência da prestação do serviço das companhias estaduais para as prefeituras.

Fund. do Meio Ambiente (Fatma):

Órgão do governo estadual responsável pelo licenciamento ambiental e pela análise da balneabilidade da água do mar.

Casan:

É a concessionária contratada pela Prefeitura Municipal para prestar o serviço. A primeira contratação da Casan foi em 2007, em regime provisório, durante a transição da titularidade e a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Em julho de 2012, a Casan foi contratada para prestar o serviço pelos próximos vinte anos.

Conselho Municipal de Saneamento Básico (Consab):

Em vigor desde 2008, é o órgão consultivo com representação dos setores da sociedade (órgãos do governo municipal, entidades técnicas, prestadores e usuários do serviço) que participa da formulação e execução das políticas de saneamento. Também compete ao Consab realizar a cada dois anos a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (Agesan):

É a agência contratada pela Prefeitura para fiscalizar e orientar a prestação dos serviços de saneamento básico.

Vigilância Sanitária Municipal:

Órgão da Prefeitura responsável pela fiscalização dos sistemas de tratamento de esgoto.

Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio):

Órgão do governo federal responsável pela criação e gestão das Unidades de Conservação federais. Cabe ao ICMBio garantir a proteção, preservação e conservação da biodiversidade, assim como exercer o papel de polícia ambiental. Em Florianópolis, responde pela Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé e pela Estação Ecológica de Carijós.

Para maricultores, estação prejudica produção de berbigão

Existem cerca de 500 construções próximas à margem do rio Tavares, que recebe o esgoto de muitas delas a partir de infiltrações ou de ligações diretas no rio e na rede de escoamento da água da chuva. Os coletores de berbigão da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé cobram da Casan e dos órgãos da Prefeitura uma solução imediata para a situação, mas já se manifestaram contrários à instalação provisória da estação de tratamento do Rio Tavares.

Os coletores temem que a instalação prejudique ainda mais a produção de berbigão, que já foi reduzida em 60% depois do aterro da baía Sul.

"Somos totalmente contrários à instalação provisória. A gente vai bater o pé e não vai deixar que seja lançado, nem que haja promessa de água potável", diz Fabrício Gonçalves, presidente da Associação de Coletores Caminhos do Berbigão. Gonçalves, assim como outros membros da diretoria da Reserva,

acredita que a produção de berbigão será afetada. "Estamos cansados de impacto ambiental na Resex."

O coordenador regional do ICMBio, que tomará a decisão final sobre a instalação provisória, reconhece a preocupação dos coletores, mas adverte que não pode dar um parecer enquanto não analisar as características técnicas do projeto apresentado pela Casan. "Reconheço o posicionamento do Conselho Deliberativo da Resex, vejo muito

sentido, embora não possa tomar como o posicionamento final do Instituto Chico Mendes."

A Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé é a maior produtora de berbigão do Brasil. Atualmente, 116 famílias são atendidas pela reserva, das quais 25 sobrevivem exclusivamente da coleta de berbigão.

Mariana Rosa
mari.rosa.90@gmail.com

Negligência prejudica Arquivo municipal

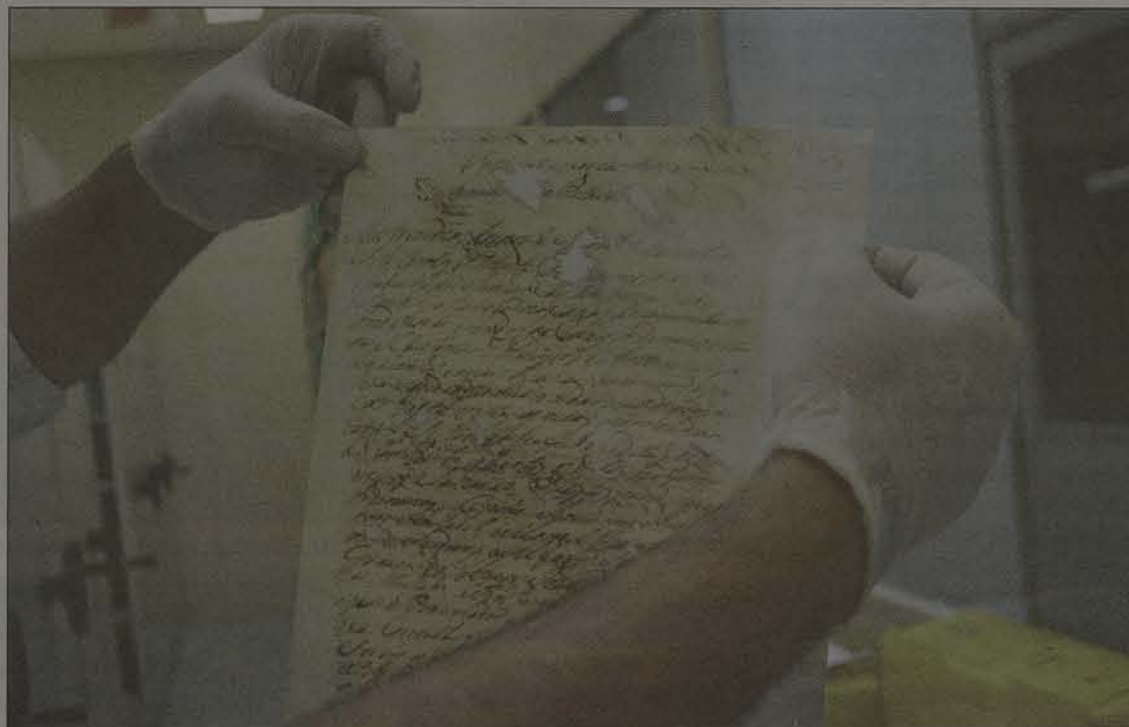
Falta de funcionários e estrutura física comprometem a conservação de documentos históricos

Dentro do Arquivo Histórico de Florianópolis encontram-se documentos administrativos produzidos entre os séculos XVIII e XX, que são capazes de narrar boa parte da história da cidade. São cerca de três milhões de folhas de documentos, duas mil fitas de VHS e mais de 500 fitas de áudio, que são abrigadas em um local empoeirado, mal iluminado e cheirando a mofo. Porém, a má aparência do ambiente não chega a ser um dos maiores problemas da instituição. Faltam funcionários, equipamentos e, principalmente, iniciativa do poder público.

O Arquivo foi criado pela Lei Municipal nº 4.491/1994 e é subordinado à Secretaria Municipal da Administração. Os documentos são armazenados em 384 livros e 30% desse total pode ser descartado, por ter prescrito o prazo do ponto de vista probatório.

Entretanto, por causa da falta de funcionários, os arquivos vão se acumulando e cerca de oito milhões de folhas, que estão nas secretarias da cidade, não podem ser devidamente guardadas no local.

Não existe, por exemplo, o livro



Material é danificado por falta de manutenção e de espaço adequado para armazenamento

tombo, com o registro completo do acervo. Assim, os documentos podem ser roubados e ninguém irá perceber, já que não se tem controle sobre o patrimônio.

Há problemas quanto ao armazenamento e à manutenção das fitas de

VHS, que estão ameaçadas de serem danificadas. As fitas ficam guardadas em estantes deslizantes metálicas, caso ocorra um curto circuito, os materiais poderão ter seu conteúdo apagado, por causa de alterações no magnetismo, devido à eletricidade.

Essas fitas deveriam também ser rebobinadas a cada seis meses, para que não grudem e não desenvolvam mofo.

No arquivo, existem documentos antigos que necessitam de restauração e, devido à falta de funcionários,

correm o risco de se perderem. O gerente da entidade, Haylor Delambre Jacques Dias, admite que alguns documentos podem ter sido danificados durante o período em que ficaram nas estantes.

A equipe que ali trabalha definiu três metas emergenciais que deverão ser realizadas até o final deste ano: um plano de classificação dos documentos (identificação, codificação, cadastramento, descrição e catalogação), a revisão da tabela de temporariedade (o que pode ou não ser descartado) e a reativação da comissão de avaliação. Essa comissão, que se reuniu pela última vez em 2004, é formada por servidores das secretarias, responsáveis pela gestão dos documentos, que devem ser destinados ao arquivo quando alcançarem 15 anos.

A reportagem do *Zero* procurou o secretário de Administração e Previdência, Sandro Ricardo Fernandes, para falar sobre esta situação, porém não obteve resposta. Depois de tentar sem sucesso contato por telefone, as repórteres estiveram no gabinete de Fernandes, onde foram atendidas por sua secretária que alegou problemas de agenda.

Reparos precisam de 300 mil reais

O espaço físico do prédio, que já é pequeno para as três milhões de folhas, ficará menor ainda, quando chegarem os outros documentos. Segundo Dias, o essencial seria que o Arquivo tivesse mais 360m², somente para o acervo proveniente das secretarias.

O prédio é dividido com a Fundação Franklin Cascaes, inicialmente, o local foi cedido em regime de comodato pelo Banco do Brasil ao município, para ser sede do Centro Cultural de Florianópolis. Para o gerente, o ideal seria que o arquivo se tornasse uma fundação ou instituto, pois assim teria maior autonomia decisória e financeira.

O Arquivo Histórico dispõe de 11 salas. Atualmente, três pessoas trabalham efetivamente no local, uma estagiária e dois servidores. De acordo com Dias, seria necessário contratar no mínimo mais dez funcionários, entre eles restauradores, arquivistas, historiadores e administradores.

A falta de equipamentos também é visível no local, que conta somente com cinco computadores antigos, um scanner e uma impressora. "Já perdi cerca de seis meses de trabalho de cadastramento de pareceres, devido



Um banco de dados online poderia garantir a preservação

a um computador, modelo 286, que estragou", conta o administrador.

Com base nas últimas estimativas, feitas pelos funcionários, o montante inicial e emergencial que deveria ser aplicado no arquivo é de R\$ 300 mil. Esse dinheiro seria destinado para a contratação de um sistema de vigilância, para a compra de equipamentos (computadores, scanners, mesas para restauração e higienização, caixas de poliondas e estantes), para a recuperação ou a substituição do desionizador e para a instalação de um acesso à internet mais rápido no prédio. Seria

preciso ainda fazer a manutenção do sistema anti-incêndio.

A catalogação dos arquivos é necessária para facilitar o acesso ao público, o atendimento e para que as informações estejam salvas caso ocorra algum problema com os arquivos físicos. Por isso, é fundamental que todos os documentos sejam arquivados em um banco de dados online. Isto poderia ser feito por meio de um sistema de gerenciamento de arquivos e documentos. Essas informações podem ser disponibilizadas em um site, que ainda precisa ser criado.



Acúmulo de poeira e mofo é um dos problemas a resolver

Projeto da UFSC prestará auxílio

Atualmente há um novo projeto em andamento, que pretende firmar um convênio entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Arquivo. A iniciativa foi do professor do Departamento de História, Hermetes Reis Araújo. O objetivo é abrir vagas de bolsistas na instituição para estudantes da UFSC oriundos dos cursos de História, Arquivologia ou Jornalismo.

A formalização do convênio só aguarda a assinatura do secretário de Administração e Previdência. A intenção é que o espaço seja frequentado. "O arquivo pode ser vida se tiver gente lá dentro, mas pode ser uma tumba se estiver abandonado", comenta Araújo.

O projeto desenvolvido pelos alunos do Programa de Educação Tutorial (PET) de História pretende denunciar a situação em que se en-

contra a entidade, que é precária, segundo os graduandos representantes do PET. A primeira etapa do projeto, que já está em andamento, consiste na produção de um vídeo sobre o Arquivo e conta com a colaboração de graduandos do Curso de Jornalismo da UFSC. Esta etapa abrange também a criação de um panfleto. Na segunda etapa será feita a criação de um relatório completo sobre o assunto. Os alunos explicaram que a ajuda deles se limita apenas à denúncia, pois alguns fatores prejudicam a realização de uma pesquisa, como, por exemplo, a falta da restauração e da catalogação da maioria dos arquivos.

Luisa Nucada
nucada@gmail.com
Stefany Alves
stefanyjor@gmail.com

Só metade dos candidatos consegue CNH na capital

Índice de reprovados na prova de direção é de 49,31%

Manuella Secco, estudante de Administração da UFSC, reprovou cinco vezes no exame prático de direção do Detran de Florianópolis. “Não aguentava mais. Foi só dinheiro jogado fora”, desabafa. O processo para a obtenção da permissão para dirigir tem validade de doze meses. O da estudante já expirou e ela vai pagar novamente todo o curso, além de refazer as aulas teóricas e práticas.

No primeiro semestre de 2012, o índice de aprovação na Capital dos exames para as categorias A e B foi de 50,69% (5.778 candidatos considerados aptos). O estado apresenta um percentual bem maior, com 81,04% (132,6 mil aptos nas duas categorias).

Para o presidente do Sindicato dos Instrutores de Autoescolas de Santa Catarina (Sintrauto), Adalto Paes Neto, o teste de Florianópolis é diferente dos de outras cidades, como Blumenau e Criciúma, onde as avaliações são feitas no local de treino dos alunos. “Aqui o teste é feito num local do Detran, é diferente, os examinadores aqui não deixam treinar no local de teste. Já em Blumenau se treina na autoescola, são pátios fechados, quando vai fazer o teste é no pátio da autoescola, não na rua como aqui. É um adestramento”, justifica.

Para Neto, entre outros fatores que colaboram para o índice de reprovação, está a demora dos alunos para conseguirem fazer a prova. O número de carros e instrutores não é suficiente para atender à demanda que vem aumentando. A quantidade de provas é restrita a cada autoescola, e com um número maior de alunos, conseguir uma data para a avaliação fica mais difícil.

A estudante de Design da UFSC Bruna Rodrigues ainda vai fazer a prova e reclama da demora. “Ficamos muito tempo sem praticar”, explica. Rodrigues acredita que também poderia ter tido mais aulas. “Provavelmente vou ficar ansiosa e nervosa, mas quero treinar uns dias antes para

ficar mais segura”.

Bernardo Durieux, aluno do IFSC, terminou as aulas práticas dia 19 de setembro e só fará a prova em 7 de novembro. “É um absurdo isso”. Durieux admite que fará mais aulas antes da prova “se não, até lá eu já me esqueci como se dirige”, brinca.

Para Neto, as aulas não são suficientes para o aluno aprender a dirigir de maneira eficaz e acredita que, como o número é determinado, o aluno deveria comprar mais aulas. “Alguns não têm dinheiro”, constata.

Cada hora-aula a mais custa cerca de R\$ 35, dos quais de R\$ 4 a 7 são repassados para o instrutor. Alguns alunos fazem acordos com instrutores para não pagar o valor mais alto às empresas.

O diretor do Detran, Wanderlei Rosso, afirma que se a autoescola prepara bem o condutor, ele certamente vai passar. “Há grupos de 20 que passam apenas dois ou três, depende. E nossos examinadores não vão deixar passar ninguém que não esteja bem preparado. Seja numa baliza, numa sinalização, ele tem que sair da autoescola bem preparado. Se rodar, faz outra prova, até que passe”, insiste.

O aluno pode fazer o exame prático novamente após 15 dias, mas como cada autoescola tem uma data definida na semana e a contagem começa um dia depois, são 21 dias de espera, no mínimo.

Para cada novo teste, o Detran cobra R\$ 38,79. A quantia paga pelos alunos nas autoescolas fica em torno dos R\$ 70. “A autoescola fala que o valor é para a disponibilidade do carro e do instrutor. Isso não explica, não é certo. O carro já estaria disponível, sempre vai ter aluno fazendo teste”, alega Neto.



Manuella reprovou 5 vezes e terá que refazer todas as aulas

Entre os principais motivos estão os erros na baliza e na sinalização

Nervosismo, preocupação e ansiedade atrapalham os alunos durante a avaliação. A prova em Florianópolis dura cerca de 15 minutos. Isabel Dias foi uma das repetentes no dia da avaliação. “Era a primeira vez, fiquei nervosíssima só de entrar no carro, minha perna batia sem parar”. O carro apagou na subida duas vezes.

Já a vendedora Mayara Araujo garante que se errou alguma coisa, o instrutor não falou nada. “Dessa vez estava mais preparada”, avalia. Ela tinha mais um dia antes do vencimento do processo e resolveu fazer mais duas horas de aula pela manhã, na mesma data da prova, feita à tarde. “Junta nosso nervosismo com o fato de estar sendo avaliado. Na minha primeira prova, só de olhar pro examinador, ficava com medo. É difícil quando uma pessoa senta do teu lado e nem dá ‘oi’”. Para ela, quem examina pode ajudar ou atrapalhar. “Fui agora com um que conversa mais, mas também vê se está com foco na rua”.

Alexsandra Kraus, cabeleireira e esteticista, acredita que a aprovação é mais fácil quando o examinador deixa os alunos tranquilos e confiantes. “Na primeira vez, me trataram super bem, perguntaram se queria que explicasse a prova, mas da outra, nem disseram

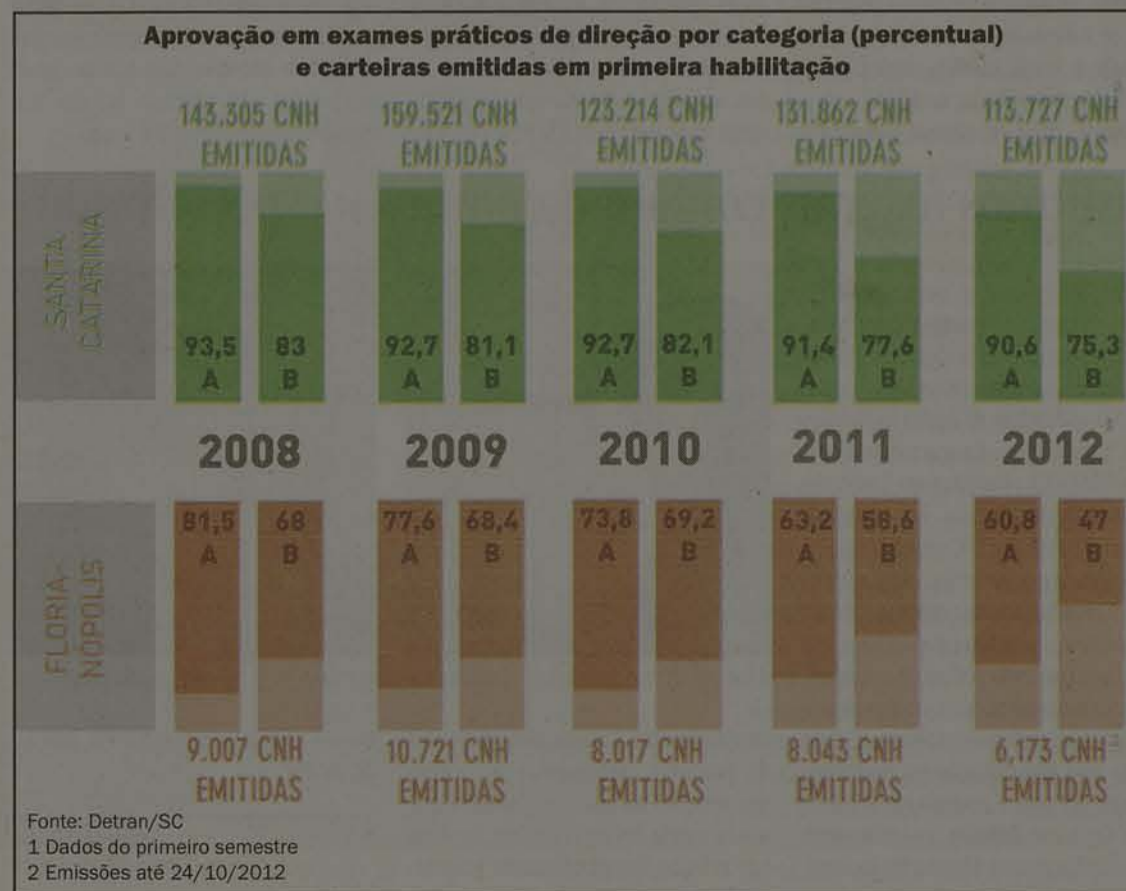
o que tinha que fazer”, reclama. Kraus foi aprovada na terceira prova que fez e já havia rodado por causa da baliza duas vezes. “Tudo depende do estado de espírito”, acredita.

A baliza é feita em um terminal desativado, situado no bairro Jardim Atlântico e depois o aluno dirige nos arredores do local. Para o examinador Juliano Panasolo, erros de sinalização, na baliza e interrupção do motor são os principais motivos de reprovação.

Cada examinador tem o limite de realizar 16 provas de direção por período, 32 por dia. O número de funcionários varia de acordo com a demanda do dia, pois cada centro de formação de condutores possui uma data definida para levar os alunos à avaliação.

A ficha de exame tem uma lista com faltas eliminatórias, graves, médias e leves, de acordo com a Resolução nº168 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O aluno começa com dez pontos e precisa de sete ao terminar o percurso. Para Panasolo, há um erro no sistema de avaliação. “Se o aluno comete uma falta grave, passa na prova, mas se faz isso quando já tem a CNH provisória, ele perde a carteira”, esclarece.

Jessica Melo
jehmelo0@gmail.com



Quando concluir o curso é o desafio maior

Problemas de aprendizagem: 5% das pessoas com déficit de atenção conquistam o diploma

Com problemas de memória, dificuldades na matemática e sempre mais quieto que os colegas, Miguel da Luz (esse nome é fictício, bem como o dos outros pacientes e familiares citados nesta matéria, para preservar a identidade dos entrevistados) não conseguia acompanhar a turma. Aos sete anos, orientado pela escola, iniciou um acompanhamento psicopedagógico. Mas foi só com 15 anos que ele fez o exame que detectou o diagnóstico: X Frágil, uma síndrome cromossômica transmitida geneticamente. Com o laudo médico, Miguel passou a receber atenção especial em sala e avaliações diferenciadas. Passou no seu segundo vestibular para Letras - Italiano. No primeiro semestre, reprovou em todas as disciplinas. "Não mencionei o diagnóstico, achei que conseguiria", conta. Ele sentia dificuldades para interpretar textos e diz que era difícil conversar com os professores para pedir orientação. Durante o semestre, só uma professora perguntou se Miguel precisava de ajuda. Ele relata que muitas vezes passa por relapso por causa do seu desempenho. Sua mãe Carmen destaca que o filho é "muito organizado, pontual e está preocupado em buscar meios de aprender e trabalhar".

Mariana Vieira perdia seus pertences constantemente. Já perdeu até a bolsa. Esquecia datas, informações. Na aula, não conseguia prestar atenção. Olhava para o professor e de repente se via imaginando onde ele havia comprado a camisa que usava. Na hora das provas, tinha dificuldade em entender os enunciados, era a última a sair da sala. "Eu pensava que aquilo era normal, acontecia com todo mundo", conta. Foi a mãe quem desconfiou das dificuldades de atenção da filha e a levou em um consultório psiquiátrico, aos 11 anos. Mariana foi diagnosticada com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e começou a tomar medicamentos. Hoje, com 19 anos, ela estuda arquitetura na UFSC.

A psicopedagoga e presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia - Seção Santa Catarina (ABPP-SC) Albertina Chraim explica que o sistema educacional padrão exige um aproveitamento de 70% a 75%. Quando o aluno não alcança essa meta, ele pode ter dificuldades de aprendizagem. As síndromes de Miguel e Mariana estão entre os de pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem; assim como o Distúrbio de Déficit de Atenção (DDA), a dislexia e outros. Chraim afirma que geralmente o diagnóstico é feito na infância e que com o tratamento os sintomas podem ser diluídos. Porém, ela destaca que é importante "incluir no sistema de ensino adaptações físicas e humanas para poder trabalhar as diferenças".

Segundo a Declaração de Consenso Internacional sobre TDAH, apresentada em janeiro de 2012, apenas 5% das pessoas com o diagnóstico se formam na universidade e 32% largam os estudos antes de completar o ensino regular. O psiquiatra Marcelo Calcagno explica que o TDAH não é só desatenção. "A pessoa apresenta dificuldades no planejamento e organização, na tomada de decisões e, combinado com a hiperatividade, tende a responder de forma precipitada e não esperar sua vez." O tratamento é feito com terapia e psicoestimulantes. O uso do remédio pode ser evitado, mas Calcagno ressalta que a resposta não é tão positiva.

LINHA DO TEMPO

A constituição de 1988 assegura a educação como direito de todos. Mas quando se trata de transtornos e dificuldades de aprendizagem, é difícil encontrar respaldo legal para o atendimento diferenciado.

1996

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): regulamenta a educação especial como "a modalidade de educação escolar para educandos portadores de necessidades especiais."

Política Nac. Integração da Pessoa com Deficiência: adaptações de provas, tempo extra no ensino superior e processos seletivos; dificuldades de aprendizagem não são consideradas deficiência.

1999

2001

Resolução CNE/CEB N. 2: inclui pessoas com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento de atividades.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior exige condições de acesso para portadores de necessidades especiais e libras como disciplina obrigatória.

HOJE



Mariana Vieira tende a se perder na própria imaginação, mas, com ajuda, passou no vestibular

Inclusão alcança o ensino superior

Orientada pelo psiquiatra, Mariana Vieira conseguiu uma hora a mais para realizar a prova do vestibular da UFSC. "Eu nunca tinha conseguido terminar uma prova de vestibular antes. Foi muito bom, graças a essa hora a mais eu estou aqui dentro", afirma. Neste ano, o edital do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) prevê, pela primeira vez, adaptações para pessoas com TDAH e dislexia. Os estudantes poderão ter auxílio de leitor e transcrição, se solicitado na inscrição e apresentado o laudo médico, assim como já é feito no vestibular da UFSC.

Desde 2010 os alunos aprovados

que declararam necessidades especiais na inscrição são mapeados e encaminhados para o Comitê de Acessibilidade. Atualmente 22 alunos da UFSC estão em atendimento, dos quais quatro estão dentro dos quadros de dificuldades de aprendizagem. Para a pedagoga em educação especial Sandra Carrieri, por não apresentarem problemas visíveis aos olhos, "essas pessoas correm o risco de ficar na invisibilidade". Ela conta que alguns alunos demandam bolsistas e monitorias especiais, providenciados pelo comitê. Carrieri diz que a equipe conversa com os professores, mas que ainda é um processo em

andamento. "Na prática, a inclusão é muito recente. Os professores, em suas formações, não tiveram disciplinas que sensibilizam para esse olhar."

Carmen da Luz, mãe de Miguel, acredita que dentro da universidade seu filho é mais um número. "O atendimento deveria ser feito de forma mais humana, levando em consideração as diferenças", diz. Mariana Vieira acha que o mais importante é a conscientização para o diagnóstico: "eu convivo com muita gente que tem Déficit de Atenção, mas nunca foram orientadas. As pessoas acham que quem vai ao psiquiatra é louco".

Institutos federais contam com núcleo especializado

Em 2001, com o programa TEC NEP - Educação Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), presentes nos Institutos Federais do Brasil todo. Em Florianópolis, o NAPNE do IFSC atende entre 10 e 15 alunos por semestre. Além de mediar o relacionamento entre estudante e professor, o núcleo proporciona um acompanhamento pedagógico e adaptações de material para os que necessitam. O encaminhamento é feito tanto pela identificação na matrícula quanto por pais e professores. A psicóloga Cristiane Zapelini, coordenadora do NAPNE campus Florianópolis, con-



Estudantes ganham materiais adaptados e apoio pedagógico



ta que muitas pessoas têm vergonha de procurar atendimento por causa das relações sociais. Ela completa que ainda existe preconceito das famílias em relação ao atendimento psiquiá-

trico e psicológico "muito em função do rótulo".

Sâmia Fiates
samiapf@gmail.com

A dieta que engorda os bolsos

Consumo de suplementos pode aumentar em até 130% no Brasil



Economistas apontam que a indústria do bem estar é o negócio do século XXI e será a setor do próximo trilhão de dólares. O lucro de empresas como Herbalife e Monavie aumenta exponencialmente a cada semestre. E o Brasil já é o terceiro maior mercado consumidor das marcas especializadas em suplementos alimentares - alimentos que fortalecem o organismo e são fontes de vitaminas e minerais. Empresários que apostam na ideia estimam que em 2020 os brasileiros irão gastar R\$ 5 trilhões nestes produtos, 130% a mais do que hoje.

Os lucros são proporcionais às polêmicas sobre o modelo de negócio adotado pelas empresas. Não é por acaso que elas tenham uma atuação tão forte no Brasil. O país campeão em cirurgias plásticas e o segundo maior em número de academias é o nicho ideal desse mercado. Todos querem uma fatia dos lucros, inclusive profissionais que não têm nenhuma relação

com a área da saúde vendem dietas milagrosas, muitas vezes sem ter noção dos danos que o consumo de alguns produtos pode causar a longo prazo.

Basta entrar em um dos chamados "Espaço da Saúde" da empresa Herbalife no horário do almoço para entender a febre das dietas que substituem refeições por shakes. Esses lugares recebem dezenas de pessoas, a maioria mulheres, que frequentam o local para consumir a mistura rica em fibras, vitaminas e minerais. O produto é regulado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e atende a todas as exigências, tanto em número de vitaminas como em nutrientes, para ser considerado um substituto de refeição.

Qualquer pessoa que esteja interessada pode abrir um desses espaços, mesmo sem um nutricionista responsável no local. Os médicos que desenvolveram o produto orientam os que desejam emagrecer a substituir duas refeições prin-

cipais do dia pelo shake. Renata Turri, 22 anos, estudante do curso de Engenharia de Produção da UFSC, seguiu a dieta por um ano. "Perdi 5 kg e senti que meu dia rendia muito mais. Mas optei por tomar o shake apenas no horário do almoço". Durante esse período a estudante não passou por nenhum acompanhamento médico ou nutricional.

Muitas das mulheres que iniciam a dieta sem ter consultado um especialista podem estar intoxicando o organismo sem saber. "Nem todo mundo reage bem à ingestão das proteínas da soja e do leite. Essas substâncias tornam-se alergênicas facilmente e podem ser uma bomba para o sistema imunológico", explica a nutricionista Julieta Ferreyra Ritta. "Algumas vitaminas em excesso podem se acumular no organismo e tornam-se tóxicas, como a Vitamina A. O mesmo ocorre com o acúmulo de minerais".

Em abril de 2007, o *Journal of Hepatology* publicou um estudo em que apresenta dez casos

de hepatite tóxica causada por suplementos dietéticos da empresa. O estudo "Herbal não significa inócuo: 10 casos de hepatotoxicidade grave associada a suplementos alimentares de produtos Herbalife", concluiu que a ingestão dos suplementos pode causar alto nível de toxicidade para o fígado. No caso mais grave, a paciente precisou passar por uma cirurgia de transplante do órgão. Os pesquisadores alertaram para a necessidade de um papel mais ativo de agências reguladoras para a comercialização do produto.

Nos últimos dez anos o aumento de pessoas com diagnóstico de intolerância à lactose ou de alergia à proteína do leite levou a um maior consumo de soja, alternativa adotada pela Herbalife para substituir o leite de seus shakes. Especialistas consideram que a introdução rápida do produto à dieta ocidental pode causar alergias, disfunções hormonais e ainda agravar possíveis problemas de tireoide, que muitos têm, e não sabem.



Vitaminas em excesso podem se tornar tóxicas, diz Ritta

Sistema de vendas dificulta negócio

A norte-americana Monavie atua no Brasil há quatro anos e incentiva jovens empreendedores a apostarem na venda dos seus produtos. Depois de participar de palestras motivacionais através da indicação de um amigo, a estudante de administração da UDESC Eduarda Freire, 21 anos, investiu junto com o namorado R\$ 2,5 mil em produtos da marca. Sem uma rede de contatos grande o suficiente para vendê-los, o casal abandonou a ideia depois de perceber que não tinha perfil para o negócio. Como não podia pedir o reembolso, Freire e o namorado consumiram os produtos.

Trabalhando com a ideia de um canal de distribuidores a vantagem para a empresa que trabalha com o Marketing Multinível (MMN) está na redução no custo em distribuição e de logística, além de diminuir consideravelmente os gastos com publicidade. "A tendência é que se tenha bons resultados no início. Conforme a rede aumenta, se o foco não for o produto,

quem está na base vai perder dinheiro. Além disso, esses produtos são normalmente mais caros que a média do mercado", explica o publicitário Pedro Ramirez.

O MMN, utilizado pelas marcas Monavie e Herbalife, foi apontado como o negócio do século pelo renomado economista da área das finanças Robert Kiyosaki. No entanto, para muitos especialistas, algumas empresas utilizam o conceito para dar uma nova roupagem à velha e conhecida pirâmide financeira.

O caso da empresa Amway é frequentemente citado para demonstrar a fragilidade desse sistema para quem está na base. A divulgação da contabilidade da empresa revelou que, apesar dos resultados surpreendentes de lucros, a maior parte dos vendedores tinha baixo retorno financeiro.

A Monavie possui cerca de 30 mil distribuidores independentes. Os dois principais produtos comercializados pela empresa são um suco de açaí ven-

dido por R\$ 85 um shake para controlar o peso. É a mesma proposta da concorrente Herbalife.

O grupo apresentou um avanço de 392% nas vendas em 2011. Ulisses Carneiro Galasse, 25 anos, representante da marca no estado, destaca o alto potencial de lucro em um curto período de tempo. Depois de um ano de investindo na empresa, ele chega a ganhar R\$ 15 mil ao mês.

Além dos R\$ 2 mil de investimento inicial, para continuar comercializando os produtos da marca Monavie, é necessário despende no mínimo R\$ 500 ao mês. "Esse é um investimento para médio e longo prazo. Os mais novos tendem a sair por não ter dinheiro para se manter", revela o estudante de direito da UFSC que também representa a empresa em Santa Catarina, João Veronesi, 24 anos.

Leticia Teston

leticiateston@gmail.com



Ovos caipiras não são prioridade em SC

Com condições de vida precárias das galinhas, criação convencional domina o mercado

Na edição passada do *Zero*, a reportagem "Produção e sofrimento das aves em granja" trouxe um relato de todas as etapas de vida das galinhas poedeiras. Criadas em gaiolas de arame a vida toda, as poedeiras botam 430% ovos a mais do que na natureza, e são mortas com dois anos de idade - a expectativa de vida dos galináceos é de oito anos. Agora, o jornal traz a opinião dos principais envolvidos no processo da produção de ovos e as empresas alternativas.

INDÚSTRIA

A Granja Áurea, em Biguaçu, é a principal fornecedora de ovos para a Grande Florianópolis. Sua produção é de 350 mil ovos por dia, que são vendidos com os nomes Friolar e Naora. O veterinário responsável pela granja, Clóvis da Rosa Cruz, diz que, com o atual aumento no consumo, a empresa tem projetos para expandir. Segundo ele, não é possível criar galinhas fora das gaiolas devido a problemas sanitários. Ele diz ainda que existem preocupações com o bem-estar, mas não citou exemplos.

Para o diretor de produção da União Brasileira de Avicultura (UBABEF) Ariel Antonio Mendes a criação em gaiolas está de acordo com o sistema mundialmente adotado. Ele concorda que assim o controle sanitário é maior, o que

evita problemas com o produto final, e que a debicagem é necessária para evitar ataques entre as aves. Em relação à muda forçada, Mendes diz que "é uma técnica raramente utilizada".

Entretanto, a doutoranda em Zootecnia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Andrea Molino, autora de diversas pesquisas na área, alega que a muda forçada é muito comum, "praticamente todos os produtores adotam o método, para economizar dinheiro". Molino explica que a técnica é, inclusive, uma barreira para a exportação, já que a União Européia e os Estados Unidos têm legislações que proíbem a muda forçada. No Brasil, não existe sequer uma lei que garanta o bem-estar das aves de forma geral.

FISCALIZAÇÃO

O gerente regional em inspeção da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola em Santa Catarina (CIDASC) e veterinário Sérgio Borges diz que a inspeção das granjas catarinenses é feita por empresas credenciadas. O veterinário inspetor deve relatar a classificação da empresa, adequação às medidas sanitárias e

tecnologias empregadas. Seu supervisor da CIDASC é responsável por "garantir a inocuidade e qualidade do produto final". Borges, quando questionado a respeito do sofrimento das aves, diz que o inspetor também deve verificar a lotação das gaiolas e nutrição adequada.

O principal fornecedor de ovos à capital produz 350 mil unidades por dia

OVOS ORGÂNICOS

Na produção convencional, as galinhas têm baixa imunidade devido ao stress constante, logo, o produtor acrescenta insumos químicos, antibióticos e hormônios na ração das aves, prevenindo possíveis doenças. O ovo orgânico é aquele que, por preocupação com a saúde

do consumidor, é produzido sem esses complementos e sem uso de transgênicos. A galinha orgânica, portanto, pode ser criada tanto em gaiolas convencionais quanto em galpões ou áreas abertas.

OVOS CAIPIRAS

São, por definição, botados por galinhas que se alimentaram de minhocas, insetos e gramíneas, com ou sem complemento de ração. Elas são, supostamente, criadas soltas em grandes galpões fechados, com acesso a um espaço ao ar

livre. Molino explica que, como não existe uma lei para regulamentar a indústria, é comum rotular um ovo qualquer de caipira. "A gente enjoa de ver ovo marrom sendo vendido como caipira. É só acrescentar pigmento na ração que a gema fica mais vermelha e engana fácil."

A grande fornecedora de ovos rotulados caipiras para Florianópolis é a Galinha Azul Avícola, do Paraná, que produz também ovos industriais. De acordo com a embalagem e site da empresa, os Ovos Caipiras Galinha Azul não são apenas de galinhas criadas soltas, são também orgânicos. Ou seja, a ave não recebe hormônios na alimentação. Porém, quando a redação do *Zero* entrou em contato com a empresa, o responsável pela produção estranhou: "Mas nós não trabalhamos com ovos caipiras".

A granja orgânica Yamaguishi é referência na produção caipira e está bastante presente nos mercados paulistas. O slogan impresso em suas caixas é "Galinhas não são máquinas de botar ovos" e a empresa é aberta a visitação. O produtor Romeu Mattos Leite explica que as galinhas botam em ninhos cobertos, têm a companhia de galos e acesso a um piquete gramado com a proporção de 3 m² por ave. Dessa forma, podem desenvolver seus rituais naturais de reprodução, ciscar, tomar banho de terra, ficar em poleiros e explorar. "Elas gostam de explorar, são animais muito curiosos", conta Mattos Leite.

Em relação às demais empresas caipiras, ele explica que o padrão é ter um espaço aberto com oito aves por metro quadrado e um galpão com 15 aves por metro quadrado (o equivalente a duas aves para a área desse jornal aberto). Além disso, os lotes chegam a 10 mil aves cada, sendo que na natureza as galinhas vivem em grupos de algumas dezenas de indivíduos.

O produtor conta que o investimento da Yamaguishi tem reflexos econômicos, já que com menos stress as galinhas não adoecem vivem mais. No entanto, existe maior necessidade de mão-de-obra e espaço físico do que a produção convencional, o que torna praticamente impossível suprir a demanda nacional de ovos com a produção caipira. "As pessoas comem muito ovo. Tem que consumir menos, ter uma dieta mais diversificada, sem tanta proteína animal de qualquer origem. A indústria de produtos animais é muito predatória, muito agressiva."

Giovanna Chinellato
giovanna@chinellato.com.br



Características da produção tradicional

MACHOS: São mortos no primeiro dia de vida, em trituradeiras ou autoclaves.

DEBICAGEM: Para evitar o canibalismo e mutilações nas gaiolas, as poedeiras têm o bico cortado entre sete e dez dias de vida, podendo ser debicadas novamente aos dois meses.

VIDA PRODUTIVA: As gaiolas têm 40x50cm (o equivalente a esse jornal aberto) e confinam cinco ou seis galinhas, impedindo-as de se movimentar.

MUDA FORÇADA: Consiste num jejum prolongado, de 10 a 14 dias, para aumentar a produtividade, que faz com que as poedeiras percam 30% de peso corporal.

MORTE: Com cerca de dois anos, as galinhas são mortas e vendidas para fábricas de ração.

Social Good Brasil difunde boas iniciativas

Programa organiza seminário em Florianópolis para incentivar a transformação da sociedade

A falta de informação sobre onde encontrar determinados serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) fez com que Fernando Fernandes, Tatiana Magalhães, Edgard Morato e Gustavo Greggio criassem um site que agregasse informações de 32 mil unidades de saúde presentes em quatro mil municípios. O Saútil é uma plataforma na qual o usuário procura por vacinas, consultas médicas e remédios gratuitos na sua região, facilitando a vida de quem utiliza o SUS.

Esse é um exemplo de como a internet pode ser utilizada para o bem da sociedade. Com o propósito de reunir o poder do pensamento inovador, novas mídias e tecnologias para a transformação do coletivo, surgiu o Social Good Brasil (SGB). O termo significa bem social e a ideia do programa no país é disseminar o uso de tecnologias de conectividade e tecnologias usuais para a mudança pública; identificar e ajudar experiências inovadoras e oferecer maneiras dessas iniciativas acontecerem.

O programa funciona através de quatro meios: o site, que é um local para as pessoas se informarem, inspirarem e engajarem; o seminário, que

acontece em novembro em Florianópolis e irá discutir o tema com nomes experientes na área; capacitações, que devem começar no próximo ano; e um fundo comunitário para financiar algumas ideias e que também deve ser iniciado em 2013.

O conceito chegou ao Brasil por meio de Fernanda Bornhausen Sá, presidente voluntária do Instituto Voluntários em Ação (IVA), e Lúcia Dellagnelo, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICom). Juntas organizaram em 2010 o seminário *Together is Better*, que discutiu como propagar causas sociais nas redes. No ano seguinte, Fernanda e Lúcia foram aos Estados Unidos e participaram do *Social Good Summit*, programa americano que mostrou como tecnologias podem transformar a realidade. De lá voltaram com a ideia de trazer a iniciativa para o país.

O seminário *Social Good Brasil* acontece nos dias 6, 7 e 8 de novembro no Centro Integrado de Cultura com palestrantes nacionais e internacionais. Também durante o evento acontece o Festival de Ideias, em parceria com o Instituto Ruth Cardoso, no qual serão apresentadas as oito melhores



Festival de Ideias acontece em conjunto com SGB para exibir as oito melhores propostas

ideias cadastradas no site e que se encaixem no tema do evento. Uma ou mais vencedoras ganharão um investimento semente para começarem a tornar reais as iniciativas.

Entre os palestrantes do evento está Rodrigo Bandeira, criador do Cidade Democrática. O site é uma página onde pessoas podem apontar um problema na sua cidade (ou comunidade) e outros criam uma proposta para solucionar a questão. A plataforma surgiu

de uma inquietação de Rodrigo, que acredita que os canais que temos para reclamação e mudança de algo nas cidades não são suficientes ou bem utilizados. Para a coordenadora do SGB, Carolina de Andrade, esse é o começo para grandes transformações, a ambição de mudar algo que não se gosta. As tecnologias se aliam a esse desejo ao serem usadas para resolver problemas ou mudar situações, conectando pessoas que tem a mesma vontade.

Voluntários se engajam desde cedo

Com apenas 16 anos, o estudante do segundo ano do colégio militar de Porto Alegre, Milton Lupchinski, trabalha há mais de um ano no blog Voluntários Online (VOL). Ele fornece artigos relacionados a crianças e adolescentes para o blog. Confira a entrevista.

Como você conheceu o voluntariado online?

Comecei a me interessar pelo assunto após ouvir alguns comentários e decidi procurar alguma organização em que me adaptaria. O grande problema foi que não consegui conciliar os horários. Então descobri o VOL, que oferece várias funções para trabalhar em casa.

Qual é o papel da tecnologia a favor da mudança social?

A tecnologia é uma plataforma que está sendo utilizada para a mobilização da comunidade em ações sustentáveis, políticas e sociais - coisa que até então era muito complicada e custosa. Atualmente, a exploração das tecnologias está sendo bem administrada pela sociedade.

Você acredita que continuará envolvido com estas atividades daqui a 10 anos? Não só acredito como afirmo que continuarei envolvido!

Jennifer Hartmann
jennifer.m.hartmann@gmail.com
Leonardo Lima
leosilvalima@gmail.com

Plataformas on line estimulam projetos sociais



Além da Pele quer captar R\$ 120 mil para ala de queimados

Com o objetivo de otimizar as cirurgias da ala de queimados do hospital infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, os alunos da oitava fase do curso noturno de Administração Empresarial da ESAG/UDESC decidiram criar o Além da Pele, projeto convidado a apresentar um painel durante o SGB em parceria com o Instituto Lagoa Social. A proposta é captar aproximadamente R\$ 120 mil destinados à compra de um equipamento que auxilia nas cirurgias de enxerto de pele. Atualmente, o hospital conta apenas com uma aparelhagem, que necessita passar por um demorado processo de esterilização após cada procedimento.

O programa busca apoio através de diversas redes sociais como o Facebook, Twitter, site próprio e plataforma de captação. Responsável pela área social do Além da Pele, o universitário Izaías da Silva resalta a importância da internet para o sucesso da captação até agora. "Ferramentas como o Facebook são essenciais por funcionarem como uma teia de comunicação. Atingindo um usuário você consegue ramificar uma mensagem através de centenas de pessoas pela rede."

Incentivados pelo professor Leandro Schmitz, todas as 57 pessoas da

turma de Administração estão envolvidas no projeto social. Até o momento, o Além da Pele conseguiu angariar R\$ 74 mil através do patrocínio de empresas como Casas da Água, Menezes Niebuhr, Costão do Santinho e Tractebel Energia, além de eventos e doações organizadas pelos alunos com recursos revertidos ao projeto.

O Além da Pele utiliza a plataforma Bem Possível para captar doações de pessoas físicas. Semelhante ao site Catarse, o sistema desenvolvido por jovens à frente do Instituto Lagoa Social (ILS) ajudou, no primeiro semestre de 2012, no levantamento de R\$ 16 mil para o projeto DeLeite a vida - outra iniciativa da turma passada da disciplina da ESAG/UDESC.

O gerente de marketing do ILS e responsável por implementar o Bem Possível, Felipe Ferrasso, acredita que a ferramenta dá credibilidade ao projeto para receber doações. "Nós fornecemos o suporte técnico, ajudamos na produção do vídeo de divulgação e disponibilizamos toda a nossa rede de contatos do Facebook [tanto do ILS como do Bem Possível] para ajudar o projeto que está hospedado na plataforma.", completa.



Rafael Canoba
rafaelcanoba@gmail.com

Do passatempo lúdico ao exercício de estratégia

Participantes do Floripa On Play se reúnem semanalmente para partidas de jogos de tabuleiro que vão noite adentro

Cada partida de jogo de tabuleiro moderno dura, em média, entre uma e duas horas. É segunda-feira e já passam das 23h30, mas um grupo de entusiastas do passatempo está pronto para emendar uma nova partida, ignorando os olhos, que já coçam, e compensando o sono com o aumento no consumo de refrigerantes.

São participantes do Floripa On Play (FOP), reunião de jogadores de boardgame, organizada semanalmente e de forma independente pelo analista de sistemas Saulo Achkar e pelo militar Raony Osório. O FOP, com mais de 50 edições realizadas, ocorre no salão de festas do condomínio do analista há um ano e começou com seis amigos dispostos a se divertir. Hoje, o evento no Facebook possui 200 convidados e uma média de 25 participantes por edição. O número dobra nas reuniões especiais, realizadas aos sábados, mensalmente, quando ocupam bares ou ambientes maiores.

O evento não prevê lucros. O dinheiro arrecadado paga o aluguel do espaço e as guloseimas, que sempre acompanham as partidas. "Estamos criando uma comunidade de jogadores", empolga-se Osório, que não se importa de jogar menos para organizar o FOP. Responsável pelo endereço oficial do evento, é Achkar quem permanece madrugada adentro com os participantes mais entusiasmados. Esse é, para ele, o melhor momento, quando o número de pessoas diminui



As disputas acontecem no salão de festas do condomínio de um dos organizadores, Saulo Achkar

Os jogos de tabuleiro imergem seus participantes em histórias e realidades fictícias. Compra! Paga! "Coloca um tronco!". A categoria moderna exige dos participantes uma atenção muito maior, pois todas as ações de oponentes interferem no andamento da partida. "São jogos de estratégia que contam com outros componentes além da sorte", explica o empresário Philippi Coelho, um dos frequentadores mais antigos do FOP.

O empresário joga boardgames há mais de 20 anos e tem sua coleção pessoal. Mas a maioria é compartilhada com amigos, que os compram coletivamente. Os jogos são de difícil coleção no Brasil, que conta com apenas duas editoras do gênero. A maior parte das lojas que importam os tabuleiros os vendem na faixa dos R\$ 200. Para alguns, a importação é um atalho e as transações custam, em média, 50 dólares somados ao frete. Achkar também costuma aproveitar as viagens que faz ao exterior para trazer alguns exemplares. Na última passagem pelos Estados Unidos e Alemanha, o analista trouxe 20 jogos de cada país.

As coleções de Achkar e Osório, disponíveis para os participantes, contemplam 189 itens, todos liberados para quem quiser jogar. Os convidados também levam suas coleções e liberam aos presentes.

Eventos como o FOP não são exclusividade de Florianópolis. Em Santa Catarina, já existem grupos formados em Joinville, Criciúma e Balneário Camboriú. Eventos maiores ocorrem em grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília. Na capital paulista, o bar Ludus, primeira luderia do Brasil, funciona há cinco anos com mais de 700 jogos disponíveis aos visitantes, divididos entre os três andares do espaço.



Além da sorte, partidas requerem concentração



Amigos compram coletivamente itens raros no Brasil

O estereótipo dos apaixonados por esse tipo de jogos de estratégia não corresponde ao perfil dos participantes do FOP. Ninguém veste camiseta de Star Wars, aqueles que usam óculos são minoria e, sim, existem mulheres. Alguns jogadores estão sempre em duplas: são vários os casais assíduos do evento. Raony Osório não se incomoda com o rótulo. "O cara acha isso, mas vem e vê que é muito legal. Sempre acaba jogando".

"Uma hora com sorte", corrige Guilherme Geronimo, servidor da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC) da Universidade Federal de Santa Catarina. Mas o clima do FOP é acolhedor para novatos, já que mesmo os participantes mais antigos e assíduos também não conhecem todos os jogos. Frequentemente algum participante de outra mesa vira-se para solucionar uma dúvida de alguém em outro jogo. "O tempo perdido em uma noite explicando é uma pessoa a mais para jogar na próxima semana", justifica o servidor.